



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Enfrentando o racismo com o NEABI:

UMA CARTILHA DE LETRAMENTO RACIAL

Organizadores:

CHINTAMANI SANTANA ALVES | RAFAELA MELO MAGALHÃES



ACESSÍVEL EM
AUDIODESCRIÇÃO
E LIBRAS:



2025

E56

Enfrentando o Racismo com o NEABI: uma cartilha de letramento racial /
Chintamani Santana Alves...[et al.]. (Organizadores). – Salvador, 2025

22p. : il

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Cartilha) Pró-
Reitoria de Ensino / Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas, Equidade e
Diversidade / Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

1. NEABI 2. Racismo 3. Letramento racial

I. Título. II. Alves, Chintamani Santana. III. [et al].

CDU: 323.12

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Kátia de Fátima Vilela

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, EQUIDADE E DIVERSIDADE

Cecília Nunes da Silva

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS

Chintamani Santana Alves

Diagramação: Thiago Nascimento Ferreira dos Santos

Tradução e interpretação em LIBRAS: Julianno da Silva Lima

SUMÁRIO

Apresentação (Chintamani Santana Alves e Rafaela Melo Magalhães).....	04
Escravidão: africana, atlântica e negra (Chintamani Santana Alves).....	05
Povos indígenas no Brasil (Raphael Rodrigues).....	07
Mito da democracia racial (Scyla Pinto Costa Pimenta).....	09
Branquitude, racismo e antirracismo (Laisla Suelen Miranda Rocha).....	12
Feminismo Negro e interseccionalidade: gênero, raça e classe (Débora Simões de Souza).....	13
Racismo recreativo e institucional: faces de uma mesma moeda (Dimas Catai Santos Júnior)	15
O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena e as ações afirmativas (Janine Couto Cruz Macedo).....	18
Sobre os/as autores/as	20





▶ APRESENTAÇÃO

Olá, leitor e leitora, esta cartilha é fruto do curso *Letramento Racial I: enfrentando o racismo com o NEABI*. A formação continuada foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) com a Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas, Equidade e Diversidade (CPAAED/PROEN), em parceria com o campus Itaberaba. Como desdobramento, cada formador/a escreveu um texto introdutório sobre a temática por ele/ela discutida.

A promoção do curso e elaboração desta cartilha respondem a um contexto de crescente interesse pela temática das relações étnico-raciais. No Brasil, o racismo atravessa a formação do país e exerce papel estruturante em sua sociedade. Por aqui, a disparidade racial é registrada em indicadores sociais, evidenciada em violações de direitos e constantemente denunciada em manifestações antirracistas. Atualmente encontramos com mais facilidade autores/as negros e indígenas sendo publicados/as, e as redes sociais possibilitaram que um público cada vez maior tivesse contato com conceitos essenciais a essa temática, mas também trouxeram consigo muita desinformação.

Diante a esse cenário, instituições educacionais, como o IF Baiano, têm um potencial estratégico no enfrentamento ao racismo, no fortalecimento das ações afirmativas e na promoção de uma educação que reconheça e enfrente as desigualdades raciais. Os/As formadores/as que contribuem com essa cartilha são todos integrantes do NEABI do instituto, intelectuais qualificados/as e experientes nas discussões por eles enfrentadas. Além de um texto introdutório, também deixaram referências, fontes de pesquisa e demais indicações para aprofundamento dos estudos.

As páginas a seguir, portanto, pretendem sensibilizar sobre a importância de discutirmos abertamente sobre racismo. Elas oferecem um contato inicial com conceitos, abordagens e discussões relacionadas às relações raciais. São, sobretudo, um convite para entendermos a importância de reconhecermos os mecanismos historicamente responsáveis pela reprodução sistemática do racismo no país, assim como um chamado ao comprometimento efetivo com ações contundentes de combate à opressão racial. Afinal, como bem pontuou Sueli Carneiro: “o racismo não descansa. Por isso mesmo, a luta tem que ser permanente, contínua.” (Carneiro, 2005, p. 303)

Chintamani Santana Alves e Rafaela Melo Magalhães

ESCRavidÃO: AFRICANA, ATLÂNTICA E NEGRA

Chintamani Santana Alves

A escravidão existiu em diferentes sociedades ao longo da história. Na África, antes do contato com muçulmanos e europeus, haviam formas de dominação, relações de sujeição e obediências, temporárias ou permanentes, que implicavam em restrição de liberdade. Alguns estudiosos, chamam essas práticas de escravidão doméstica ou escravidão de linhagem. Nela, os cativos decorriam de punições ou resultavam, principalmente, de conflitos entre os diferentes povos. Caracterizada por certa flexibilidade de integração social, os escravizados eram poucos, não se constituíam em mercadorias, sua finalidade não era a exploração econômica em larga escala, sendo utilizados, principalmente, em atividades que garantiam a subsistência da linhagem.

Então, negro escravizou negro? E africano escravizou africano? Não. Eram reduzidos ao cativeiro os adversários ou estrangeiros. A escravidão na África praticada por africanos não acontecia entre iguais, eles não se reconheciam como negros, nem como africanos, essas identidades serão construídas posteriormente, nas lutas contra o racismo e o colonialismo. Para melhor compreender tais práticas, portanto, é fundamental não homogeneizar o continente, reconhecendo a pluralidade de seus povos, as complexas hierarquias e variedades de formações sociais. Lembrem-se que quando estudamos a realidade europeia, por exemplo, admitimos sua complexidade e diversidade, afinal, ninguém diz que na I Guerra Mundial, brancos lutaram contra brancos.

A expansão islâmica, no século VII, trouxe outro significado para a escravidão, com o tráfico sendo organizado e desenvolvido como empreendimento comercial de grande escala na África. Após a chegada dos europeus, no século XV, a escravidão será racializada, ampliando sua dimensão e intensidade, transformando-se em um negócio extremamente lucrativo. Um pouco dessa tragédia pode ser acompanhada em números: as rotas transaarianas movimentaram cerca de 10 milhões de africanos escravizados em 1.000 anos, o tráfico atlântico fez isso em cerca de 350 anos.

As operações do Tráfico Atlântico, marcadas por violências e sofrimentos incalculáveis, envolveram redes complexas de negociação entre africanos e europeus. A participação de chefes locais africanos, no entanto, não deve ser usada para minimizar a responsabilidade europeia. É fundamental reconhecer que, sem a resistência africana, os números dessa tragédia teriam sido ainda maiores, que a imensa maioria dos povos afri-



canos ocupou o lugar de vítima do processo de escravidão e que os comerciantes locais dependiam do grande traficante europeu para funcionamento do sistema.

No outro lado do Atlântico, com o desenvolvimento do sistema colonial na América Portuguesa, ocorre uma lenta transição do trabalho indígena, para a prevalência do africano escravizado. Mas cuidado com as explicações racistas, o africano não foi explorado porque era mais forte fisicamente, enquanto o indígena era incapaz para rotinas extenuantes. A alteração aconteceu, sobretudo, em virtude do tráfico negreiro ter se tornado um dos negócios mais lucrativos do mundo.

O território que viria a ser o Brasil, foi a região das Américas que mais recebeu africanos escravizados, aproximadamente 5 milhões, computando 40% do total. Também foi aquela que por mais tempo durou a escravidão, somente abolida em 1888. Se a violência e sofrimento do sistema é algo presente no imaginário das pessoas, ainda precisamos fazer ecoar as muitas histórias de luta e resistência. Bem como, devemos falar sobre a herança escravocrata e seus impactos positivos para as pessoas brancas. Por fim, é imperativo destacar que os africanos e seus descendentes, homens e mulheres, não forneceram apenas a força de trabalho para a construção do país, mas também foram atores culturais relevantes, assim o Brasil foi africanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Culturais, 2006.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

PODCASTS E SITE:

Projeto Querino – Criado por Tiago Rogero, o premiado podcast investiga a História do Brasil a partir da centralidade do povo negro, resgatando sua relevância e denunciando a persistência do racismo na construção do país. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br>

História FM – Criado por Icles Rodrigues, o podcast entrevista acadêmicos/as da área de humanidades, especialmente historiadores, para discutir temas relevantes, com linguagem acessível e crítica.

Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com/programa/historiafm>

VÍDEO:

Legado negado: a escravidão no Brasil em um guia incorreto – documentário dirigido pelo historiador Icles Rodrigues, lançado em 2019, produzido pelo canal do YouTube Leitura ObrigaHistória, que analisa a obra “Guia politicamente incorreto da História do Brasil”, de Leandro Narloch, apontando erros factuais e discutindo interpretações problemáticas a respeito da História do Brasil, com ênfase na escravidão, por meio de entrevistas com especialistas. Disponível em: <https://youtu.be/tSMYb2ygxXw>.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Raphael Rodrigues

Abordar o tema Povos Indígenas no Brasil é algo primordial quando tratamos das relações étnico-raciais no país. Isso porque os povos originários foram historicamente atravessados por diversos mecanismos de extermínio desde a invasão de seus territórios ancestrais pelos europeus, que fizeram do projeto colonial uma sofisticada e brutal máquina produtora de etnocídio. Há uma história trágica e cruel que se inicia em 1500 com a invasão de Pindorama, nome de origem tupi que designava os territórios posteriormente transformados no Brasil. Milhares de povos originários foram dizimados, escravizados e catequizados ao estabelecer contato com os *brancos*.

Faz-se necessário também compreender e valorizar as múltiplas formas de resistências e agenciamentos mobilizados pelos povos indígenas para conseguirem domesticar, ou seja, fazer parar, ou pelo menos amansar, as violências do processo colonizador. Apesar da histórica e atual sociodiversidade indígena, uma lógica integracionista, assimilacionista e tutelar compôs a política indigenista levada a cabo pelo poder público nacional ao longo dos tempos. Infelizmente, as formas pelas quais o Estado brasileiro lidou com um país pluriétnico como o nosso foram marcadas por inúmeras violações aos direitos humanos.

Tal quadro de inoperância do Estado Brasileiro em garantir a dignidade humana dos povos indígenas começa a se alterar a partir da organização política levada a cabo pelo movimento indígena, que se fortaleceu nas últimas décadas do século XX. Com isso, marcos legais imprescindíveis foram conquistados, como os direitos sobre os seus territórios tradicionalmente ocupados, reconhecido pela Constituição Brasileira de 1988.

Atualmente, os Povos Indígenas no Brasil perfazem um milhão e



seiscentas mil pessoas falantes de 274 línguas e pertencentes a 305 etnias. Esses povos estão presentes em todas as regiões do país - alguns mais próximos de seus territórios ancestrais, em Terras Indígenas, sob o ataque em áreas de intensas disputas e conflitos, nas periferias de grandes centros urbanos e cidades pequenas do interior brasileiro.

A diversidade cultural que nos dão prova os povos originários do país deve ser tratada sempre no plural. Por isso, acreditamos que a abordagem, ainda que de maneira introdutória, das relações étnico-raciais das questões indígenas podem enriquecer nossa compreensão sobre as raízes amefricanas da nossa Abya Yala. Trata-se de um termo que as organizações e instituições de povos indígenas adotaram nos últimos anos para se referir ao continente americano. Abya Yala na língua indígena kuna significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra que floresce”. Os Povos Indígenas no Brasil seguem fortes cultivando um futuro ancestral.

FONTES DE INFORMAÇÃO EM PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA:

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) - O acervo é composto por uma Infoteca com publicações diversas. Possui também documentários sobre os povos indígenas. Além disso, tem várias informações como boletins e notícias correntes. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/infoteca/>

Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM) - Desenvolve projetos de pesquisa e extensão, bem como uma série de atividades acadêmicas, visando a produção de conhecimentos que possam contribuir para uma melhor compreensão da realidade cultural indígena no Amazonas. Disponível em: <https://www.neai.ufam.edu.br/pub.html>

Centro de Estudos Ameríndios - CEStA/USP - Possui um banco de teses e dissertações que podem ser acessados gratuitamente. O acervo ainda conta com livros e documentos diversos que tratam sobre os povos indígenas da América Latina. Disponível em: <https://cesta.fflch.usp.br/>

FONTES DE INFORMAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS, MEMÓRIA E PROTAGONISMO INDÍGENA:

Biblioteca Digital Curt Nimuendaju - O acervo é composto por obras escritas por indígenas produzidas no Brasil. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/>

Centro de Trabalho Indigenista (CTI) - Apresenta um acervo composto por obras indígenas ou sobre eles. Possui documentos históricos e livros, além de uma biblioteca digital contendo também livros e artigos. Os documentos podem ser encontrados em idiomas indígenas, em espanhol, português entre outros. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/>

Operação Amazônia Nativa (OPAN) - Possui um acervo bem diversificado composto por livros, relatórios, vídeos, documentos, editais, pesquisas. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/>

FONTES DE INFORMAÇÃO:

Instituto Socioambiental (ISA) - Possui um número variado de documentos composto por livros, fotografias, teses, dissertações, artigos, mapas e cartas topográficas.

Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/>

FILMOGRAFIA:

Martírio Guarani-Kaiowá - Dir. Vicent Carelli. *Sinopse:* O retorno ao princípio da grande marcha de retomada dos territórios sagrados Guarani Kaiowá através das filmagens de Vincent Carelli, que registrou o nascedouro do movimento na década de 1980. Vinte anos mais tarde, tomado pelos relatos de sucessivos massacres, Carelli busca as origens deste genocídio, um conflito de forças desproporcionais: a insurgência pacífica e obstinada dos despossuídos Guarani Kaiowá frente ao poderoso aparato do agro-negócio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVbmXmu2C2I&t=160s>

A gente luta, mas come fruta - Dir. Vídeio nas Aldeias. *Sinopse:* Documentário produzido no interior do projeto Vídeio na Aldeia que retrata o manejo agroflorestal realizado pelos Ashaninka da aldeia Apiwtxa no Rio Amônia, Acre. O filme retrata o trabalho da comunidade para recuperar os recursos da sua reserva e repovoar seus rios e suas matas com espécies nativas, ao mesmo tempo em que apresenta a sua luta contra os madeireiros que invadem sua área na fronteira com o Peru.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p-D6meHSFul>

O Retorno da Terra Tupinambá - Dir. Daniela Alarcon. *Sinopse:* Curta-metragem sobre a luta do povo indígena Tupinambá, que habita o sul da Bahia (Brasil), para a recuperação do território que tradicionalmente ocupa.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HDF3ZrSIACA>

MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Scyla Pinto Costa Pimenta

O mito da democracia racial no Brasil sustenta a ideia de que a convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos – negros, indígenas e brancos – teria permitido ao país superar o racismo. Essa concepção, fundamentada na suposta miscigenação harmônica, foi amplamente difundida no início do século XX, mas posteriormente contestada por diversos estudiosos, levando essa teoria ao status de mito acadêmico.

Ao olharmos a realidade brasileira atual não é exatamente um país antirracista o que vemos. As desigualdades raciais manifestam-se em diversos contextos: no mercado de trabalho, nos cargos de chefia, nos salários, na segregação espacial entre bairros nobres e periferias, na distribuição dos trabalhos braçais e de cuidado básico, no sistema prisional e no acesso às universidades de maior prestígio. Diante desse cenário, questiona-se



como a narrativa da democracia racial se consolidou e por que essa visão idealizada permaneceu amplamente aceita.

Essa concepção foi amplamente difundida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), especialmente em sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933). Freyre buscou entender a formação social do Brasil a partir da relação herdada entre os dois polos da estrutura colonial: escravizados e senhores. O livro foi escrito após o retorno do autor dos Estados Unidos, onde realizou seu mestrado na “Universidade de Columbia”, e teve contato com o culturalismo do antropólogo Franz Boas (1858-1942) que pautavam que as culturas deveriam ser estudadas e compreendidas dentro de seus próprios contextos sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil, recém-transformado em uma República, enfrentava desafios relacionados à sua identidade nacional. A miscigenação, vista por algumas correntes europeias como um fator de atraso social, era interpretada à luz de teorias raciais como o eugenismo e o racismo científico. O pensamento eugenista de Francis Galton (1822-1911), defendia, de forma equivocada, que traços comportamentais e habilidades intelectuais eram transmitidos geneticamente do mesmo jeito que as características físicas, o que legitimava políticas de “melhoria racial”. Já o racismo científico criava, classificava e hierarquizava raças humanas, firmando os europeus (e sua cultura) no topo. Dentro dessa lógica, a grande presença de negros no Brasil era apontada como uma prova de sua inferioridade civilizacional.

Buscando reverter essa visão, Freyre argumentou que, no Brasil, a fusão entre africanos, indígenas e portugueses teria sido um atributo positivo para a nação, gerando uma sociedade menos conflituosa, culturalmente rica e com potencial para o desenvolvimento. Como principal evidência, argumentou a ausência de segregação formal no país.

Entretanto, essa valorização da mestiçagem escamoteou a violência estrutural presente na formação da sociedade brasileira, mascarando as desigualdades raciais e legitimando a narrativa da democracia racial. A análise de Freyre foi influenciada pelo olhar da *Casa Grande* e perpetuou uma interpretação que minimiza as barreiras enfrentadas pela população negra ao mesmo tempo que dissimula os privilégios da elite nacional.

A partir da década de 1950, intelectuais como Florestan Fernandes (1920-1995), Oracy Nogueira (1917-1996) e Roger Bastide (1898-1974) passaram a contestar essa visão idealizada, trazendo à tona as múltiplas formas de desigualdade que a tese de Freyre ocultava: seja a marginalização da população negra no mercado de trabalho; a dissimulação do

racismo através do preconceito de marca; ou as exclusões sutis que acompanhavam a suposta integração de social dos negros.

A realidade mostra que a população negra ainda enfrenta barreiras significativas no acesso à educação, emprego e representação política, evidenciando a ausência de igualdade. Embora Freyre, no seu livro de 1933, não tenha utilizado expressamente o termo democracia racial, foi assim que sua tese sobre a mestiçagem se consolidou, dificultando tanto o reconhecimento do racismo, quanto a implementação de políticas afirmativas voltadas para a equidade racial no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, R. V. M. (2023). *Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro*. *História Da Historiografia*, 16(41), e1946.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hh/a/V9VGvjJbnnMMJtcbL4RkRfb/>

DOMINGUES, Petrônio. *O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)*. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 10, 2005.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PODCASTS:

Brasil Escola Podcast. Sociologia #7: Democracia racial no Brasil: um mito ou verdade?

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/podcasts/democracia-racial-no-brasil-um-mito-ou-verdade.htm>

Justiça Racial: temas inadiáveis #20 Mito da democracia racial.

Disponível em:

<https://open.spotify.com/show/0igcyqcLgtEQBhFugyAhBE?si=14f9d75d8aac4c62>

BRANQUITUDE, RACISMO E ANTIRRACISMO

Laisla Suelen Miranda Rocha

Os estudos sobre a branquitude surgiram a partir da necessidade de analisar o papel do grupo branco nas relações raciais, uma vez que, historicamente, as discussões sobre questões raciais e o processo de branqueamento eram frequentemente encaradas como problemas exclusivos das populações negras. No entanto, é fundamental compreender que o processo de branqueamento foi não apenas criado, mas também sustentado pelo próprio grupo branco. Como aponta Bento (2002), a elite branca, ao se posicionar como o padrão de referência para toda a humanidade, realizou uma apropriação simbólica que fortaleceu a autoestima e o autoconceito dessa classe, em detrimento dos demais grupos, o que, por sua vez, consolidou sua supremacia nos campos econômico, político e social.

A noção de “branquitude” pode ser encontrada nas obras de autores como W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, Albert Memmie e Guerreiro Ramos, que trouxeram importantes contribuições para entender como a colonização e o racismo não impactaram apenas a formação identitária e subjetiva dos negros, mas também dos brancos. Esses estudiosos inovaram ao colocar o branco como um “objeto e tema de estudo”, o que abriu um novo caminho para compreendermos as relações raciais (Cardoso, 2008; Schucman, 2012).

A branquitude é um conceito desenvolvido dentro da teoria crítica de raça, com o objetivo de analisar as estruturas sociais que mantêm e reproduzem a supremacia e os privilégios dos brancos. Esses privilégios, segundo esse conceito, têm suas raízes na expansão colonial, um processo histórico que consolidou a posição dominante dos brancos na sociedade (Conceição e Schucman, 2024). Desta maneira, compreende que ser branco vai muito além da cor da pele, conforme Cardoso e Müller (2017): “ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais.” (p. 13)

Schucman (2012, p. 14) explica que a branquitude não é apenas um conjunto de privilégios, mas também um processo ativo de manutenção dessas vantagens. Pessoas brancas não apenas se beneficiam dessa estrutura racial, mas também a sustentam por meio de ações diretas de discriminação e pela disseminação de ideias como a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos foram construídos de forma tão naturalizada que permitiram que pessoas brancas ocupassem posições mais altas na sociedade sem que isso fosse visto como um privilégio racial. Este

silenciamento se dá por conta do pactos narcísicos da branquitude (Bento, 2002), que descreve como os brancos, ao se identificarem com a ideia de superioridade racial, estabelecem acordos implícitos que favorecem sua posição dominante. Esses pactos geram um silenciamento sobre as desigualdades raciais, já que ao se beneficiar desses privilégios, os brancos tendem a minimizar ou ignorar as questões raciais, contribuindo para a continuidade do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. São Paulo: CEERT, 2002. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. São Paulo: Editora Letramento, 2017.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. São Paulo: LVM, 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2012.

FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Debora Simões de Souza

O feminismo negro no Brasil surge como uma resposta política e social à interseção entre o sexismo e o racismo, posicionando as mulheres negras no centro das discussões, que historicamente foram marginalizadas tanto nas narrativas feministas dominantes quanto nas análises sobre a luta racial. A importância desse movimento é histórica e política, pois ele não apenas questiona a opressão patriarcal, mas também critica a estrutura racial que marginaliza as mulheres negras em múltiplos aspectos da vida social, econômica e política.

Ao contrário de uma visão homogênea e única sobre a experiência feminina, os feminismos, como destaca a teoria feminista negra, são di-



versos. Não existe uma única maneira de ser mulher, e muito menos uma experiência única de ser mulher no Brasil.

As opressões que as mulheres negras sofrem têm raízes profundas na história do Brasil, marcada pela escravização. Durante a escravidão, as mulheres negras, muitas vezes, sofriam com o trabalho forçado, castigos diversos e violências sexuais.

O movimento de mulheres negras é comprometido com a transformação social e visa o combate de todas as formas de discriminação. O feminismo negro, em suma, articula pensamento e ação, destacando o feminismo na teoria e na prática.

O conceito de interseccionalidade é complexo e não se restringe a um campo do conhecimento específico. Interseccionalidade possui dimensões analítica, política e epistêmica, conforme defendido por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge no livro *Interseccionalidade* publicado no Brasil em 2021. Embora o conceito tenha sido introduzido no pensamento acadêmico pela jurista negra Kimberlé Crenshaw, em 1989, marcando um ponto fundamental para entender como as normas baseadas na categoria de gênero não necessariamente abrangem todas as mulheres, a prática interseccional remonta a períodos anteriores. Intelectuais e ativistas negras como Lélia Gonzalez e Angela Davis já inseriam em suas teorias algo que hoje identificamos como interseccionalidade, mas que na época não recebia esse nome.

Desde as resistências nas lutas abolicionistas e na oposição às violências da escravização, mulheres negras têm destaque como as dinâmicas de raça, gênero e cidadania influenciam a maneira como os sistemas de dominação operam, produzindo violências e ideologias que justificam o tratamento desigual das mulheres negras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAIROS, Luiza. 1995. *Nossos feminismos revisitados*. Revista Estudos Feministas 3 (2): pp. 458-63

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo: uma história a ser contada*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política 16, 2015, pp.193-210.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista*. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.

WINNIE, Bueno; WEISS, Raquel. *Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social*. Revista Civitas, 24, pp. 1-11, jan.-dez. 2024.

DOCUMENTÁRIO:

Palavra de Mulher (TV Senado - 2019). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2019/08/01/documentario-da-tv-senado-sobre-mulheres-constituintes-e-finalista-de-premio-latino-americano>

SITES:

Geledés - Instituto da Mulher Negra - Organização pioneira no combate ao racismo e sexismo no Brasil, fundada em 1988. Atua em áreas como direitos humanos, saúde da mulher negra, educação, justiça racial e comunicação.

Disponível em: Site oficial: <https://www.geledes.org.br>

Projeto Lélia Gonzalez - Projeto idealizado por mulheres negras acadêmicas e ativistas para preservar e divulgar o legado de Lélia Gonzalez, intelectual fundamental do feminismo negro latino-americano.

Disponível em: Site oficial: <https://www.leliagonzalez.org.br>

RACISMO RECREATIVO E INSTITUCIONAL: FACES DE UMA MESMA MOEDA

Dimas Catai Santos Junior

Quando discutimos a expansão dos Estados europeus sobre os demais territórios do mundo, destacam-se, em primeiro plano, os interesses de natureza econômica e política, enquanto outros elementos estruturantes — como religião, cultura e a construção da alteridade europeia — são frequentemente negligenciados. Ao entrarem em contato com povos que possuíam cores, crenças e modelos organizacionais distintos, os europeus passaram a analisá-los a partir de parâmetros culturais e conceituais construídos no mundo cristão ocidental, estabelecendo uma hierarquia entre costumes, religiosidades e corpos. Essas ações culminaram na criação de representações que enfatizavam a suposta superioridade do branco europeu em relação aos demais povos e continentes, legitimando assim um processo histórico de conquista, dominação e subalternização do “outro”.

A categorização desses povos como “outros” permitiu interpretações que os reduziam a uma condição inferior de humanidade, justificando conquistas, mortes e escravidão. Para reforçar essas diferenças e deslegitimar esses indivíduos como “humanos plenos”, diversos instrumentos foram



empregados, entre os quais se destacam o humor e os mecanismos de natureza institucional.

Retrocedamos no tempo para compreender como o humor racista foi utilizado desde os primeiros contatos com os povos africanos. No século XVI, um homem negro chamado João de Sá Panasco serviu como escravo do infante D. Luís e como bobo da corte de D. João III. Alvo de piadas, ele era constantemente ridicularizado por sua cor de pele, seu “cheiro repugnante” e sua condição de ex-escravo. Na principal antologia de anedotas registradas na época, cerca de sessenta referiam-se a negros e mulatos, sendo ele o protagonista da maioria delas (Bethencourt, 2015, p. 146).

Séculos depois, a violência disfarçada de humor continuaria a se manifestar no mundo ocidental. Um exemplo emblemático é uma esquete exibida no final dos anos 1980 no programa dominical Os Trapalhões, na qual o personagem Didi — interpretado por Renato Aragão — sobrevoava uma área da cidade vestido de Super-Homem. Em um breve diálogo entre os personagens, o ator Antônio Carlos Bernardes Gomes, o Mussum, foi associado à sua suposta ascendência escrava e chamado de “urubu”. A animalização e a referência à escravidão transmitiam ao público a ideia de inferioridade vinculada à cor daquele indivíduo.

Ao recorrer ao humor para atribuir características estigmatizantes aos negros, o racismo e seus praticantes buscam isentar-se da responsabilidade por seus atos. Afinal, “não vale tudo no humor”? A resposta é não. Como bem destacado por estudiosos do tema, “essas piadas são exemplos de uma estratégia que pessoas brancas utilizam para afirmar sua suposta superioridade, para obter satisfação narcísica e para impedir que negros alcancem a mesma estima social que elas” (Moreira, 2019, p.87).

Outro aspecto relevante são as consequências desse tipo de humor. Em uma pesquisa realizada por Marina Caminha, que analisou publicações nas hashtags #mimimi, #racismonãoépiada e #piadaracista, foram identificados diversos conteúdos racistas que se valiam do discurso humorístico para disseminar preconceito. Muitos dos autores — todos brancos — justificavam suas postagens como uma resistência ao “mimimi” e ao politicamente correto, que, segundo eles, dominam a sociedade contemporânea (Caminha, 2020, p.123).

Essas manifestações de violência, revestidas de humor, reforçam estereótipos que negam aos negros o acesso a uma humanidade plena. Dessa forma, ações institucionais que prejudicam e perpetuam a pobreza entre uma parcela significativa da população negra são naturalizadas e tratadas como “lugar-comum”. Quando alguém questiona a sele-

tividade da letalidade policial ou o número desproporcional de negros no sistema carcerário, surge o argumento falacioso: “Se a maioria da população é negra, não é normal que eles sejam maioria nos cárceres e nos necrotérios?” Tal questionamento só seria legítimo se os negros também fossem maioria entre os mais ricos e poderosos do país — o que não ocorre, mas raramente é levado em consideração. Essas práticas, perpetradas por instituições públicas e privadas, pela sociedade civil organizada e por outros agentes sociais, são classificadas como racismo institucional.

Desta sorte, recomendo aos que desejam aprofundar o debate sobre o tema a leitura dos livros abaixo. Bons estudos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDER, Michelle. Acor da justiça. In: ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução de Pedro Davaglio. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: dos cruzados ao século XX*. Tradução: Maria de Fátima Sousa e Silva e Cláudio Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAMINHA, Marina. *O humor racista midiático: as políticas da dor e do ódio como desenho risível do corpo negro*. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 22, n. 41, p. 126-147, 2020.

MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos; CAMPOS, Daniel de Souza. *A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2511- 2517, 2023.

TURE, Kwame; HAMILTON, Charles V. *Black Power: a política de libertação nos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Janine Couto Cruz Macedo

No contexto da Educação para as Relações Étnico-raciais é central debater a importância do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Isto por que, é a partir deste entendimento que passamos a conhecer os elementos coloniais que originaram a inacessibilidade de indígenas e afrobrasileiros a direitos básicos entre eles, a educação.

Tal movimentação, nos permite compreender a relevância dos movimentos sociais negros e indígenas e, de como esses movimentos foram centrais para que as legislações de maneira geral, e em nosso caso, as legislações educacionais orientassem as escolas públicas e privadas de todo país a tematizarem em sala de aula acerca das contribuições de negros e indígenas para a formação intelectual, social e política do Brasil.

Cabe pontuar que no desenvolvimento das práticas pedagógicas, as atividades que versam sobre as populações negras e indígenas devem garantir a importância de enunciar tais populações a partir de uma perspectiva não subalternizada e assim, evitar construções estereotipadas e/ou fetichizadas dos povos não brancos.

Para além disto, é importante compreender que o processo que inviabilizou o acesso de negros e indígenas aos diversos direitos fundamentais para uma existência digna, tem origem em um histórico passado orquestrado pela perspectiva invasora eurocêntrica, e que, infelizmente, se perpetua ainda em nossos dias.

Os movimentos sociais negros e indígenas que sempre marcharam pela educação tensionaram o Estado que por sua vez, se mobilizou institucionalmente, promovendo ações de reparação social às essas populações. A esta mobilização damos o nome de Políticas de Ações Afirmativas.

Deste modo, as ações afirmativas no contexto da educação, objetivam minimizar fissuras sociais que ao longo da história do Brasil impediram de forma institucional, que populações negras e indígenas tivessem o direito a um percurso escolarizador.

Assim, compreender a importância do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e entender os princípios que orientam as Políticas de Ações Afirmativas, é perceber, conceber e experienciar práticas sociais mais justas, diversas e equânimes. Por fim, indicamos abaixo algumas referências consideradas centrais para a instrumentalização referente ao debate étnico-racial no contexto da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANUNCIACÃO, Paula. Ações afirmativas como ferramenta de reparação educacional. *Geledés* – Instituto da Mulher Negra, publicado em 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/acoes-afirmativas-como-ferramenta-de-reparacao-educacional/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Lei de cotas completa 10 anos: cotistas explicam a importância da medida em suas vidas. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/08/21/lei-de-cotas-completa-10-anos-cotistas-explicam-a-importancia-da-medida-em-suas-vidas.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MACEDO. Janine Couto Cruz; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. Educação, currículo e a descolonização do saber. *Revista tempos e espaços em educação*. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 27, p. 301-312, out./dez. 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/9387/pdf>

GRES Estação Primeira de Mangueira. *História Pra Ninar Gente Grande* (samba-enredo). Composição de DEIVID DOMÊNICO, TOMAZ MIRANDA, MAMA (SÍLVIO MOREIRA FILHO), MÁRCIO BOLA, RONIE OLIVEIRA e DANILO FIRMINO. 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SANTOS, Lais Saavedra; SILVA, Sileide Mendes da. Importância de incluir a temática étnico-racial no ambiente escolar. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO – CINTEDI*, 4., 2021, Campina Grande. *Anais eletrônicos*. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2021/TRABALHO_EV156_MD1_SA8_ID811_14102021104549.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

VÍDEO:

FERREIRA, Bia. Cota Não é Esmola | Sofar Curitiba. *YouTube*, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>. Acessado em: 24 jul. 2025.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

CHINTAMANI SANTANA ALVES

Chintamani Santana Alves é professor de História do Instituto Federal Baiano - *Campus Serrinha*. É licenciado e mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano, desenvolve pesquisas no Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU/UEFS) e no Grupo de Pesquisa e Laboratório de Estudos em Humanidades (LABHUMA/IF Baiano). Seus estudos abordam temas como escravidão, alforrias, tráfico interprovincial e o período pós-abolição, com foco em Feira de Santana. Além disso, é autor do livro *Tramas da Terra: conflitos no campo na Terra de Lucas, 1900-1920*, publicado pela UEFS Editora em 2019.



RAPHAEL RODRIGUES

Raphael Rodrigues é professor de Sociologia no Instituto Federal Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa*, onde compõe o Grupo Gestor do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, coordena a Especialização em Educação do Campo e desenvolve projetos de pesquisa e extensão com Comunidades Quilombolas. É doutor e mestre em Antropologia Social pela UFSCar, licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP. Fez pesquisas etnográficas com os povos indígenas das etnias Tukano e Desana, do noroeste amazônico, no alto rio Negro. Foi consultor da UNESCO em Educação Escolar Indígena com o povo indígena Maxakali e assessor na Câmara Técnica de Certificação de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Também é professor colaborador na Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal de Minas Gerais. É *iyàwo* do fono *ti Ògún* no *Ilê Àṣẹ̀ Ojú Oòrùn*, Caetité, Bahia e pai da Maria Teresa.





SCYLA PINTO COSTA PIMENTA

Scyla Pinto Costa Pimenta é professora de Sociologia do Instituto Federal Baiano - *Campus Valença*. É Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e bacharel em Sociologia pela mesma instituição. Possui especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar, pela Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira e licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador. Atualmente integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano e é vice-coordenadora da Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira na Educação (REAFRO). Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia atuando principalmente nos seguintes temas: corporalidade, etnicidade, trajetória e cultura.



LAISLA SUELEN MIRANDA ROCHA

Laisla Suelen Miranda Rocha é psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus Xique-Xique*. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, é Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia e, atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano, é pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação, Anticolonialismo, Linguagens e Subjetividades e Técnica no Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade, Linguagens e Tecnologias. Dedicar-se ao estudo da branquitude e suas implicações na estrutura social.

Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano, é pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação, Anticolonialismo, Linguagens e Subjetividades e Técnica no Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade, Linguagens e Tecnologias. Dedicar-se ao estudo da branquitude e suas implicações na estrutura social.

DÉBORA SIMÕES DE SOUZA

Débora Simões de Souza é ex-professora de História no Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é Especialista em Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, Mestra em História Social pela UERJ, Doutora e pós-doutora em Antropologia Social, todos pela UERJ. Também é graduada em Psicologia, é colunista do portal Mundo Negro, produtora de conteúdo digital e coordenou o projeto de extensão Vidas Negras: difusão de biografias e histórias nos meios audiovisuais. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano. Seus campos de interesse incluem História, Antropologia e Psicologia, com ênfase nos seguintes temas: relações étnico-raciais, estudos de gênero, comunidades tradicionais, saberes tradicionais, cultura popular, educação, parentesco, materialidades, patrimônio imaterial, religiosidade, devoção e festividades.



DIMAS CATAI SANTOS JÚNIOR

Dimas Catai Santos Júnior é professor de História no Instituto Federal Baiano – *Campus* Santa Inês. É graduado e mestre em História pela Universidade Federal da Bahia e Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano e desenvolve pesquisas sobre religiosidade popular, feitiçaria e os instrumentos repressivos utilizados pela Igreja e pelo Estado contra práticas religiosas consideradas imorais ou ilícitas. Seus interesses acadêmicos incluem História da Igreja e da Inquisição portuguesa, História das Instituições, práticas religiosas, diáspora africana e catolicismo popular.





JANINE COUTO CRUZ MACEDO

Janine Couto Cruz Macedo é Pedagoga no Instituto Federal Baiano – *Campus Itapetinga*. Graduada, Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui Especializações em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias, pela Federal do Vale do São Francisco e em Educação, Relações Étnico-Raciais e Cul-

tura, pela UESB. Integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IF Baiano, o Grupo de Pesquisa em Educação, Interculturalidade e Linguagem, do Grupo de pesquisa em Educação Paulo Freire e o Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Anticolonialismo e Subjetividades. Tem ampla experiência na educação, atuando em diferentes níveis de ensino e, atualmente, também é professora da Universidade do Estado da Bahia. Seus interesses de pesquisa giram em torno dos seguintes temas: educação decolonial, epistemologias do sul, relações étnico-raciais, educação para as diferenças, políticas afirmativas e práticas pedagógicas transformadoras.





NÓS ENFRENTAMOS O RACISMO

**NÓS SOMOS
O IF BAIANO**

CPAAED
Proen



NEABI
Instituto Federal Baiano



**INSTITUTO FEDERAL
Baiano**

PARA MAIS INFORMAÇÕES,
ACESSE A PÁGINA DO CURSO:



ifbaiano.edu.br/portal/neabi/curso-letramento-racial

